

A diferenciação da língua portuguesa no Brasil e o contato entre línguas

Dante Lucchesi

Universidade Federal da Bahia / Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Brasil)

dante@ufba.br

Recibido o 21/07/2011. Aceptado o 09/01/2012

Resumo

Hoje a grande maioria dos falantes da língua portuguesa não se encontra no território onde esse idioma se formou, mas no Brasil, a grande colônia de Portugal até o início do século XIX. Ao se espelhar pelo mundo, o português entrou em contato massivo com centenas de outras línguas, chegando a gerar nesse processo uma parcela significativa das línguas crioulas hoje conhecidas no mundo. Na colonização do Brasil, houve contextos favoráveis à criouliização, mas inexistem registros históricos de variedades criouliizadas do português no Brasil. Isso não significa que o contato entre línguas não esteja na base da notável diferenciação da língua portuguesa no Brasil frente a sua congênera de Portugal. Partindo da polarização sociolinguística que caracteriza atualmente a realidade linguística do Brasil, este artigo busca explicar a formação das variedades populares do português brasileiro através do conceito de transmissão linguística irregular de tipo leve. O contato do português com as línguas indígenas e africanas no Brasil não foi suficiente para gerar línguas crioulas, mas foi suficiente para produzir um amplo processo de erosão morfológica na variedade da língua portuguesa adotada por índio-descendentes e afro-descendentes. Essa explicação da formação das variedades do português brasileiro baseada nos contextos sócio-históricos do contato entre línguas refuta a tradicional explicação imanentista, que se apóia na visão de tendências internas ao sistema linguístico. Resultados de análises sociolinguísticas de aspectos da morfossintaxe do português brasileiro são apresentados para fundamentar empiricamente as hipóteses formuladas a partir dessa perspectiva teórica.

Palabras chave

Contato entre línguas, morfossintaxe, português brasileiro

Sumario

1. Introdução: expansão e diferenciação da língua portuguesa. 2. O português brasileiro e o português europeu: uma língua e duas gramáticas. 3. A polarização sociolinguística do Brasil. 4. O contato entre na história sociolinguística do Brasil. 5. A transmissão linguística irregular. 6. A transmissão linguística irregular de tipo leve no contexto da sócio-história do português brasileiro. 7. Reanalizando a polarização sociolinguística do Brasil à luz dos parâmetros sócio-históricos. 8. Sítios arqueológicos da história sociolinguística do Brasil: as comunidades rurais afro-brasileiras isoladas. 9. Palavras finais.

The differentiation of Brazilian Portuguese and languages in contact

Abstract

Today, the great majority of Portuguese speakers are not found in the territory where the language developed but in Brazil, an important colony of Portugal until the beginning of the 19th century. Spread around the globe through colonial expansion, Portuguese came into massive contact with hundreds of other languages, generating a considerable number of creole languages. During the period of Brazil's colonization there were contexts favourable to creolization, yet there are no historical records of creolized varieties of Portuguese in Brazil. This does not mean that language contact was not a fundamental cause of the substantial differentiation of the Portuguese language in Brazil from its counterpart in Portugal. Taking as its point of departure the sociolinguistic polarization that currently typifies the linguistic situation in Brazil, this article seeks to explain the formation of popular varieties of Brazilian Portuguese in terms of the concept of irregular linguistic transmission of a "light" kind. Contact between Portuguese and indigenous and African languages in Brazil was insufficient to generate creole languages, yet it sufficed to give rise to extensive morphological erosion in the variety of Portuguese adopted by the descendants of Amerindians and Africans. This account of the formation of varieties of Brazilian Portuguese based on the socio-historical contexts of language contact contradicts the traditional immanentist explanation which relies on the notion of tendencies internal to the linguistic system. The results of sociolinguistic analyses of aspects of the morphosyntax of Brazilian Portuguese are presented as empirical support for the theoretical perspective here proposed.

Keywords

Language contact, morphosyntax, Brazilian Portuguese

Contents

1. Introduction: expansion and differentiation of the Portuguese language. 2. Brazilian Portuguese and European Portuguese: one language, two grammars. 3. Brazil's sociolinguistic polarization. 4. Language contact in the sociolinguistic history of Brazil. 5. Irregular linguistic transmission. 6. Irregular linguistic transmission of a light type within the socio-historical context of Brazilian Portuguese. 7. Re-analysing Brazil's sociolinguistic polarization in the light of socio-historical parameters. 8. Archeological sites in Brazil's sociolinguistic history: isolated Afro-Brazilian rural communities. 9. Conclusion.

1. INTRODUÇÃO: EXPANSÃO E DIFERENCIAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Atualmente a grande maioria dos mais de duzentos milhões de falantes da língua portuguesa vive fora do território em que esse idioma se formou: a região da Galícia e o norte de Portugal. A partir do século XV, a língua portuguesa foi sendo levada para todos os continentes do planeta, em função do ciclo das grandes navegações e da expansão colonial europeia, no qual Portugal desempenhou um papel pioneiro. Apesar de suas limitações sócio-econômicas e demográficas, Portugal logrou constituir um grande império colonial que se estendeu pela América do Sul, África, sul da Ásia e Oceania. Como consequência desse passado colonial, a língua portuguesa é hoje o idioma oficial de sete países, além de Portugal: Brasil, na América do Sul; Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, na África; e Timor Leste, na Oceania; além de ser língua oficial na Região administrativa de Macau, incorporada à República Popular da China, em 1999. Contudo, a implantação da língua portuguesa nessas regiões foi diferenciada, em função das especificidades do processo de colonização em cada uma.

Na maioria dos países em que é língua oficial, o português é a língua materna de uma reduzida parcela da população. A grande exceção é o Brasil, onde quase 99% da população têm o português como língua materna, fazendo do Brasil, com seus cerca de 190 milhões de habitantes, o país que concentra a grande maioria de falantes de língua portuguesa do mundo. Já na África continental (Angola e Moçambique), a maioria da população tem como língua materna uma entre as dezenas de línguas bantas faladas nesses países. Nas repúblicas insulares da África portuguesa (Cabo Verde e São Tomé e Príncipe), a maioria da população fala uma língua crioula de base lexical portuguesa. Na Guiné-Bissau, observa-se um cenário híbrido, em que um crioulo português serve como língua veicular entre os falantes das cerca de vinte línguas nativas. Já em Timor Leste, a língua veicular é o tétum, entre as dezesseis línguas locais. E a maioria da população de Macau é falante nativa do cantonês.

A ampla e profunda implantação da língua portuguesa no Brasil deve-se a algumas das características essenciais de seu processo de colonização: extermínio da população autóctone e colonização massiva pelos portugueses desde o século XVI até o século XIX.¹ Tiveram um papel igualmente determinante na difusão da língua portuguesa no Brasil os quatro milhões de africanos trazidos como escravos, no mesmo período,² e que foram forçados a abandonar as suas línguas nativas e adotar o português como língua de comunicação. Já na África continental, não houve o extermínio da população autóctone, nem a colonização foi tão maciça, de modo que só a elite local adquiriu o português, enquanto a maioria da população conservou suas línguas nativas. As ilhas de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe eram desabitadas quando lá chegaram os portugueses e foram povoadas majoritariamente por escravos trazidos do continente, sob o jugo de um número reduzido de colonos portugueses, cenário que deu ensejo à formação das línguas crioulas. E a implantação do português na Ásia e na Oceania é ainda mais rarefeita.

Outra característica distingue o Brasil dos demais países de língua oficial portuguesa. Enquanto os falantes do português em África empregam uma variedade fortemente decalcada do padrão europeu, a variedade da língua portuguesa falada pelos brasileiros, o chamado *português brasileiro*, distingue-se notavelmente da matriz europeia, tanto no nível da fonética e da prosódia, quanto no nível gramatical, o que produz um generalizado sentimento de insegurança linguística entre os brasileiros, já que, por uma espécie de herança colonial, o padrão de

¹ Para se ter uma idéia da intensidade da migração de portugueses para o Brasil, particularmente durante o século XVIII, em função da extração do ouro e pedras preciosas da então Província das *Minas Geraes*, vale o registro de uma preocupação do governo português expressa, em um documento datado de 1792, nos seguintes termos: "em poucos anos, virá ter o Brasil tantos vassallos brancos como tem o mesmo Reino[de Portugal]" (*apud* Sílvio Elia 1979: 99-110).

² Cf. Darcy Ribeiro (1997).

correção gramatical adotado no Brasil é fortemente influenciado pelos modelos da língua de Portugal.³ E, se essa dicotomia já é grande entre a elite brasileira que tem acesso a uma escolaridade plena, ela é ainda mais profunda na grande maioria da população que tem uma escolarização bastante deficiente; o que levou a linguista Mary Kato (1993) a falar em uma situação de diglossia, no Brasil, entre o padrão linguístico da escola e o vernáculo da população iletrada.

Essa diferenciação da língua portuguesa no Brasil, particularmente em suas variedades populares, remete a uma dimensão crucial da expansão da língua portuguesa no mundo: o contato massivo com muitas dezenas de línguas dos milhões de falantes que em todos os continentes a assimilaram, em algum nível. Dentre os muitos cenários sociolinguísticos produzidos pela expansão colonial portuguesa figuram cenários de contato linguístico massivo, radical e abrupto que deram ensejo à formação do que tradicionalmente se denominam *línguas crioulas*. O estabelecimento de entrepostos comerciais no sul da Ásia e na Oceania, a partir do século XVI, deu origem a uma série de variedades crioualizadas do português, muitas das quais se encontram hoje extintas, ou em risco de extinção. Com maior vitalidade, subsistem hoje os crioulos que se formaram em um contexto de plantação (*plantation*) ou quilombo (*maroonage*) nas ilhas do arquipélago de Cabo Verde e nas ilhas de São Tomé e do Príncipe, bem como na Guiné-Bissau. Algumas dessas variedades contam atualmente com centenas de milhares de falantes nativos. Tais contextos se assemelham muito aos contextos sociolinguísticos que marcaram a formação da sociedade brasileira, particularmente a colonização do nordeste do Brasil, nos séculos XVII e XVIII. Isso fez com que o sociolinguista Gregory Guy (1981 e 1989) afirmasse que a crioualização do português seria praticamente inexorável nos cenários sociolinguísticos da colonização do Brasil. Contudo, essa assertiva esbarra na ausência de qualquer registro histórico conclusivo de processos de crioualização da língua portuguesa ocorridos no Brasil.

Além disso, qualquer hipótese que integre o contato entre línguas na formação histórica das variedades do português brasileiro tem de enfrentar uma forte resistência subjetiva que se desdobra, tanto no plano da ideologia, quanto no plano da própria teoria linguística. Até meados do século XX, grandes filólogos brasileiros que se debruçaram sobre o tema, imbuídos da visão conservadora e preconceituosa de superioridade cultural e linguística do colonizador europeu frente às populações indígenas e africanas, procuraram minimizar qualquer interferência desses povos na formação da realidade linguística brasileira. Por outro lado, a forte tradição imanentista que se estabeleceu na Linguística Moderna desde que Saussure decretou que a língua é uma estrutura que se move em função de sua lógica interna tem-se renovado, muitas vezes, de forma surpreendente, como no caso dos sociolinguistas Anthony Naro e Marta Scherre (1993 e 2007), que, resgatando o conceito sapiriano de *deriva linguística*, têm refutado qualquer proeminência do contato entre línguas na formação do português brasileiro, afirmando que o contato linguístico teria apenas acelerado tendências já presentes na evolução da língua portuguesa desde suas origens latinas.

Contrariando tal tradição, defenderemos neste artigo que não se pode pensar a formação histórica do português brasileiro, particularmente de suas variedades populares, sem ter em conta centralmente a aquisição imperfeita da língua portuguesa por parte de milhões de indígenas brasileiros e africanos escravizados e a nativização dessa variedade defectiva de segunda língua entre os descendentes desses segmentos, que vão constituir praticamente dois terços da população do Brasil. Pra isso partiremos de uma descrição das principais diferenças morfossintáticas que separam hoje o português brasileiro de sua congênera de Portugal, denominada no Brasil *português europeu*, o que será feito na seção 2, que contém também os fundamentos da visão aqui adotada. Em seguida, na seção 3, é apresentada a nossa visão acerca da atual realidade linguística do Brasil,

³ Por outro lado, isso cria também uma tensão nos fóruns de política linguística que reúnem os representantes dos países lusófonos. De um lado, Portugal se apóia no prestígio da tradição e da normatização; de outro lado, o Brasil entra com a força demográfica, política, econômica e cultural. De qualquer forma, o português brasileiro é hoje muito mais difundido no mundo, em função da força da economia e da cultura brasileiras, do que o português de Portugal, não obstante a política institucional desse país para a promoção de sua língua, protagonizada pelo Instituto Camões.

baseada no conceito de *polarização sociolinguística*. Na seção 4, introduzimos a questão do contato entre línguas na história sociolinguística do Brasil e fazemos referência às visões divergentes que existem sobre o tema. A seção 5 faz uma apresentação do nosso conceito de *transmissão linguística irregular*, com o qual pretendemos dar conta dos processos de mudança pelos quais a língua portuguesa teria passado no Brasil em função do contato entre línguas. Considerando a transmissão linguística irregular como um processo passível de gradação, em função dos valores das variáveis sociais que o estruturam, esse conceito é aplicado para explicar a história sociolinguística do Brasil na seção 6. Na seção 7, há um retorno à polarização sociolinguística do Brasil, fundamentando essa visão com reflexões teóricas e dados empíricos. Na seção 8, são apresentados os resultados de análises sociolinguísticas da fala de comunidades rurais brasileiras formadas por descendentes diretos de escravos africanos, que constituem evidências empíricas decisivas em favor da influência do contato entre línguas na formação das variedades populares da língua portuguesa no Brasil. Por fim, a seção de conclusão faz uma síntese das reflexões e dados empíricos sistematizados ao longo do artigo, buscando demonstrar que o ponto de vista aqui adotado, não apenas se apresenta como a explicação mais adequada à história sociolinguística do Brasil, como também pode ser visto como uma contribuição para uma teoria geral da mudança linguística.

2. O PORTUGUÊS BRASILEIRO E O PORTUGUÊS EUROPEU: UMA LÍNGUA E DUAS GRAMÁTICAS

A colonização massiva do continente americano por parte de povos europeus, a partir do século XVI, na maioria das vezes acompanhada do extermínio das populações autóctones, teve como consequência um fato linguístico notável, mas que hoje passa despercebido em função de sua naturalização: a larga maioria dos habitantes da América fala atualmente uma língua de origem européia, ao invés de uma língua autóctone americana. Conquanto se reconheçam como falantes do espanhol, do inglês, do português, ou do francês, os americanos falam uma variedade mais ou menos diferenciada de sua congênere européia, particularmente nos segmentos populares, que têm pouca ou nenhuma escolaridade. Nesse universo, o português brasileiro é, talvez, a variedade linguística transplantada para o Novo Mundo que mais se diferencia de sua matriz europeia. Linguistas de orientação gerativistas chegam a falar que portugueses e brasileiros produzem os seus atos de fala a partir de gramáticas mentais distintas. De fato, no plano da organização estrutural das frases algumas diferenças são notáveis:

1. Enquanto o português europeu (PE) é uma língua *pro-drop* típica, o português brasileiro (PB) exhibe uma crescente taxa de realização do sujeito pronominal, cf. (1), com potenciais processos de gramaticalização de pronomes sujeitos não referenciais, cf. (2):

- (1) *Eles* não gostaram das condições de trabalho, aí *eles* foram embora.
(PE: Não gostaram das condições de trabalho, então foram embora.)
- (2) *Você* tem muitos bares na orla marítima de Salvador.
(PE: Há muitos bares na orla marítima de Salvador.)

2. Com a perda do clítico acusativo de 3ª pessoa, o PB exhibe um largo emprego do objeto nulo para essa pessoa do discurso, cf. (3):

- (3) Eu vi esse livro na promoção e comprei.
(PE: Vi este na promoção e comprei-o.)

3. Na gramática natural dos brasileiros, as orações relativas com antecedente são construídas apenas com um pronome relativo neutro, não marcado morfológicamente, cf. (4), (5) e (6):

- (4) Eu tenho uma amiga *que* ela adora chocolate.
(PE: Tenho uma amiga *que* adora chocolate.)
- (5) Na casa *que* eu nasci não tinha luz elétrica.
(PE: Na casa *onde* nasci não havia eletricidade.)
- (6) A menina *que* o pai é engenheiro não gosta de matemática.
(PE: A menina *cujo* pai é engenheiro não gosta de matemática.)

4. Observa-se também no PB um crescente enrijecimento da ordem dos constituintes na sentença:

- (7) João viu o *quê*?
(PE: O que viu o João?)

5. Destaca-se também no PB o crescente emprego de processos de focalização e topicalização:

- (8) (*Foi*) João *que* comeu o bolo todo.
(PE: Comeu o bolo todo o João.)
- (9) Maria, ela é uma pessoa muito prestativa.
- (10) *Esse* *carro* esvaziou o pneu.
(PE: O pneu deste carro esvaziou.)

Desde uma perspectiva que aborda o fenômeno linguístico em sua dimensão sócio-histórica, a origem de tais diferenças deve ser compreendida à luz do processo de formação da sociedade brasileira. Nesse sentido, ocupa uma posição crucial o fato do Brasil ter sido o maior importador de escravos da América, recebendo cerca de 40% por cento de todos os africanos que o tráfico negreiro levou para esse continente. Dessa forma, o Brasil foi, por mais de quatro séculos, uma sociedade agro-exportadora baseada no trabalho escravo. Some-se a isso a política colonial portuguesa de manter o Brasil no atraso e no isolamento para melhor exercer o seu poder colonial. Enquanto, na América espanhola, a imprensa e as universidades entraram em cena já no século XVI, no início da colonização, o Brasil só veio a ter imprensa e escolas superiores no século XIX, no bojo de seu processo de independência.

Se o processo histórico permite lançar luzes sobre a formação do português brasileiro, uma adequada compreensão da atual realidade linguística do Brasil também só alcançará o seu sentido mais profundo no contexto das condições sócio-econômicas do país.

3. A POLARIZAÇÃO SOCIOLINGÜÍSTICA DO BRASIL

A sociedade brasileira é uma das mais injustas do planeta, com uma violenta concentração de renda e com níveis intoleráveis de exploração do trabalho. Apesar de alguns avanços decorrentes das políticas sociais dos últimos governos, grande parte da população brasileira não tem acesso à cidadania plena e aos direitos sociais básicos, como educação e saúde. Estima-se que mais da metade da população seja constituída por analfabetos funcionais. A proporção de analfabetos plenos fica em torno de dez por cento, sendo uma das maiores da América do Sul.

O *apartheid* social brasileiro se reflete no plano da língua no que temos denominado *polarização sociolinguística do Brasil* (Lucchesi 1998, 2001a, 2002 e 2006). No nível dos padrões coletivos de comportamento linguístico, a língua no Brasil se divide entre uma *norma culta*, constituída pelos usos de uma minoria de privilegiados, e uma *norma popular*, constituída pela fala da grande maioria da população, com pouca ou nenhuma escolaridade. Para além de alguns traços fônicos estigmatizados, tais como o rotacismo (*craro* por *claro*) e o ieísmo (*cuié* por *colher*), os principais marcadores das fronteiras sociolinguísticas do Brasil no nível da morfossintaxe derivam do emprego das regras de concordância nominal e verbal, como exemplificado em:

- (11) Meus fio trabaia na roça.
(PP⁴: Meus filhos trabalham na roça.)
- (12) Nós foi na feira ontem.
(PP: Fomos à feira ontem.)

Um pesado estigma social se abate sobre essas formas mais características da fala popular, e o *preconceito linguístico* constitui um poderoso mecanismo ideológico de legitimação da exclusão social e da exploração do trabalho. Durante o seu governo (2002-2010), o presidente Lula da Silva recebeu críticas ferozes da imprensa conservadora por não empregar adequadamente as regras de concordância.

Historicamente, essas características mais notáveis da fala popular resultam de processos de mudança induzidos pelo contato do português com as línguas indígenas e africanas, ocorridos nos primeiros séculos de formação da sociedade brasileira. Portanto, essas marcas nada mais são do que o reflexo linguístico do caráter pluri-étnico do Brasil, de modo que o preconceito que sobre elas se manifesta pode ser visto como a expressão mais clara do *racismo* no plano da língua. Hoje, no Brasil, o racismo é tipificado como crime inafiançável pelo Código Penal, porém ele continua impune quando seu alvo é fala, que pode ser definida como “a segunda pele do indivíduo”.

Uma adequada compreensão dos processos formadores da fala popular brasileira seria um primeiro passo para denunciar e desarmar o preconceito linguístico como uma forma rediviva de racismo, porém um programa de pesquisa que busque correlacionar a formação das diversas variedades do português brasileiro com as situações de contato linguístico amplo e massivo tem de enfrentar grandes obstáculos no plano da ideologia e dos modelos teóricos hegemônicos na ciência da linguagem.

4. O CONTATO ENTRE LÍNGUAS NA HISTÓRIA SOCIOLINGUÍSTICA DO BRASIL

Hoje o Brasil é um dos países mais monolíngües do mundo, pois mais de 98% da sua população tem apenas o português como língua materna. Porém, essa homogeneidade linguística atual esconde um passado marcado pelo *multilinguismo*.⁵ Quando os portugueses iniciaram efetivamente a colonização do território brasileiro, em 1532, cerca de mil línguas dos troncos tupi-guarani e macro-gê eram faladas por mais de um milhão de índios. O genocídio perpetrado pelos colonizadores portugueses e seus sucedâneos brasileiros por quase cinco séculos reduziram a população indígena brasileira a cerca de trezentos mil indivíduos que falam hoje aproximada-

⁴ Português Padrão.

⁵ Com base nisso, Matos e Silva (2004) tem definido a história sociolinguística do Brasil como a passagem de uma situação de multilinguismo generalizado para uma situação de multilinguismo localizado.

mente 180 línguas, em sua grande maioria em vias de extinção, contando apenas com algumas poucas dezenas de falantes idosos.

Para substituir a esquila e frágil mão-de-obra indígena, os colonizadores portugueses recorreram ao tráfico negreiro para prover a força motriz do projeto de transformar o Brasil em uma próspera colônia exportadora de açúcar, algodão e fumo, bem como de ouro e pedras preciosas. Após a independência política, emerge com força no centro-sul do Brasil a cultura do café, e os latifundiários do então Império do Brasil continuam a empregar largamente a mão-de-obra escrava para acumular as suas riquezas. Dessa forma, o Brasil recebeu, entre 1550 e 1850, cerca de quatro milhões de escravos africanos que falavam mais de uma centena de línguas que, em muitos casos, guardavam grandes diferenças tipológicas entre si.

A violência e a crueldade da escravidão marcaram indelevelmente a sociedade brasileira. Os africanos no Brasil eram submetidos a condições de trabalho extremas, a ponto de a vida média de um escravo na lavoura ser de apenas sete anos. Considerando que eram, em sua maioria jovens, pode-se ter uma idéia da brutalidade a que eram submetidos. Para impingir tamanha violência física, era preciso eliminar qualquer possibilidade de resistência psicológica, simbólica ou cultural do escravo. Para tanto, indivíduos de diferentes povos deviam ser misturados, famílias deveriam ser desarticuladas e hábitos e costumes, desfeitos, para que toda identidade linguística e cultural fosse suprimida. Também deveriam ser reprimidos o uso das línguas nativas, bem como as práticas festivas e religiosas. O reflexo linguístico mais nítido disso está no fato de que nenhuma língua africana conseguiu subsistir no Brasil, em face da violência perpetrada no processo de escravidão.

Uma sociedade não passa impunemente por mais de trezentos anos de regime escravista. Os efeitos sociais da escravidão ainda estão presentes no Brasil de hoje. A maioria da população das favelas e das periferias das grandes cidades é composta por negros e pardos, bem como são esses que predominam na população carcerária e são as maiores vítimas da violência urbana e policial. Mas os efeitos mais profundos e sutis situam-se no plano da cultura e das mentalidades. Ainda se fazem sentir aí os efeitos das raízes que o escravismo fincou para se legitimar, originando-se nos pilares da ordem escravista os fundamentos históricos do racismo. A inferioridade intrínseca atribuída ao negro legitimava a sua condição de escravo, bem como a sua pressuposta má índole justificava os castigos e toda sorte de sevícias a que eram submetidos, inclusive as crianças. Mesmo quando já predominavam na sociedade as idéias abolicionistas, a ciência ainda buscava demonstrar, como “verdade científica”, a “superioridade natural da raça branca”. E o governo brasileiro deixaria os ex-escravos entregues à própria sorte, após a abolição da escravatura, em 1888, enquanto se empenhava em um projeto de branqueamento da sociedade brasileira, estimulando a vinda de colonos europeus, entre os finais do século XIX e princípios do século XX.

Na língua o racismo também se fez presente, como se pode ver neste trecho do discurso de Joaquim Nabuco, na sessão de instalação da Academia Brasileira de Letras, em 1897:

A raça portuguesa, entretanto, como raça pura, tem maior resistência e guarda assim melhor o seu idioma; para essa uniformidade de língua escrita devemos tender. Devemos opor um embaraço à deformação que é mais rápida entre nós; devemos reconhecer que eles são os donos das fontes, que as nossas empobrecem mais depressa e que é preciso renová-las indo a eles. A língua é um instrumento de idéias que pode e deve ter uma fixidez relativa. Nesse ponto tudo devemos empenhar para secundar o esforço e acompanhar os trabalhos dos que se consagrarem em Portugal à pureza do nosso idioma, a conservar as formas genuínas, características, lapidárias, da sua grande época (...) Nesse sentido nunca virá o dia em que Herculano ou Garrett e os seus sucessores deixem de ter toda a vassalagem brasileira. (*apud* Pinto 1978: 197-198)

Pode-se compreender aí por que, em meio a todas as manifestações de nacionalismo pós-independência, a elite brasileira acabou por adotar o projeto purista de submissão linguística à ex-metrópole – modelo que até hoje se perpetua na tradição gramatical brasileira, gerando um sentimento generalizado de insegurança linguística que atinge todos os segmentos sociais e se traduz na fórmula: “o brasileiro não sabe falar português.”

Esse sentimento calou fundo na filologia brasileira da primeira metade do século XX, e um grande pioneiro, como Serafim da Silva Neto, não apenas buscava mitigar qualquer influência das línguas indígenas e africanas, como chegava a ver o processo de homogeneização linguística do Brasil, não como o resultado de séculos de violência física e simbólica, mas como o reflexo natural da superioridade da cultura do colonizador europeu:

a vitória do português não se deveu a imposição violenta da classe dominante. Ela explica-se por seu prestígio superior, que forçava os indivíduos ao uso da língua que exprimia a melhor forma de civilização. (Serafim da Silva Neto 1963 [1951]: 67)

Surpreende que um linguista ainda repita tal disparate no final da década de 1970:

Foi, portanto, a superioridade axiológica e pragmática da cultura ocidental que levou à vitória da língua portuguesa no Brasil sobre as suas concorrentes indígenas e africanas. (Sílvia Elia 1979: 18)

Essa visão se ajustava perfeitamente à concepção teórica do Estruturalismo Linguístico, que encerrava a história e o funcionamento da língua na lógica interna de sua estrutura, unitária, homogênea e imune às interferências dos fatores sociais. É interessante entender como Silva Neto é levado a incorrer em uma flagrante contradição. Por um lado, ele identificou precisamente alguns efeitos do contato linguístico sobre o português, como a variação na concordância nominal e verbal e o fenômeno do ieísmo. Além disso, chegou a formular, de forma visionária, o conceito de *semi-crioulo* para definir precisamente como o contato entre línguas afetou o português no Brasil. Mas, apesar de tudo isso, não deixou de encerrar a questão, recitando o mantra estruturalista de que “a influência dos aloglotos se limitou a acelerar tendências já prefiguradas no sistema linguístico do português”.

Mas a força dessa visão imanentista é tanta que até dois dos maiores sociolinguísticos do Brasil surpreendentemente foram até Edward Sapir para resgatar a visão estruturalista de Serafim da Silva Neto:

segundo nossa visão, o impulso motor do desenvolvimento do português do Brasil veio já embutido na deriva secular da língua de Portugal. (Anthony Naro e Marta Scherre 2007: 48)

A visão metafísica de uma tendência fixa de mudança que atravessa os séculos, independentemente das condições concretas de uso e transmissão da língua, não se sustenta no quadro atual de desenvolvimento teórico da ciência da linguagem, não apenas no campo da sociolinguística, mas mesmo entre os gerativistas que se têm dedicado à questão da mudança linguística, como David Lightfoot e Ian Roberts. Entretanto, surpreende como alguns analistas ainda lancem mão do conceito de *deriva*, como se tratasse de um axioma, que carece de demonstração. Isso só expõe as deficiências que ainda se fazem presentes no nosso campo do saber.

Por isso, os desenvolvimentos teóricos mais recentes da *crioulística*, o ramo da linguística que focaliza as situações radicais de contato entre línguas, podem ter um papel decisivo para ampliar a compreensão acerca da mudança linguística, desde que devidamente articulados com os achados empíricos advindos da pesquisa de campo sobre variedades populares de línguas transplantadas no processo histórico da expansão colonial europeia. Dessa forma, as refle-

xões da crioulistica não se circunscreveriam apenas às situações específicas e bem localizadas de pidginização e criouliização, abarcando também as situações de contato massivo que estão presentes na história da grande maioria das línguas do mundo.

Com efeito, interpretar a formação das línguas românicas, ou o desenvolvimento das línguas indo-europeias, por exemplo, à luz de processos de mudança induzidos por situações de contato é muito mais plausível do que recurso a tendências imanentes à simplificação, que não possuem consistência teórica, não se sustentam em termos lógicos e carecem de fundamentação empírica. Para tanto, é preciso compreender como os processos de mudança que atuam na pidginização/criouliização podem atuar também em situações de contato cujo resultado não é necessariamente a formação de uma língua pidgin ou crioula. Com esse intuito, temos desenvolvido nos últimos quinze anos o conceito de *transmissão linguística irregular* (Lucchesi 2003, 2004 e 2008, Lucchesi e Baxter 2006 e Baxter e Lucchesi 1997). Dessa forma, acreditamos que podemos prover a formação histórica do português brasileiro de uma explicação mais satisfatória.

5. A TRANSMISSÃO LINGUÍSTICA IRREGULAR

O conceito de *transmissão linguística irregular* busca dar conta das situações de contato massivo entre línguas, para além daquelas situações mais radicais em que surge uma língua nova (um *pidgin* ou *crioulo*) que é distinta em sua estrutura gramatical de todas as outras que concorreram para sua formação, não obstante o seu léxico seja majoritariamente proveniente de apenas uma dessas línguas e alguns mecanismos de sua gramática possam ter sido transferidos da gramática de outras. Assim, o processo de formação de uma variedade linguística em situação de contato é visto como gradual, em função da gradação nos valores de certas variáveis sociais que o estruturam, de modo que o seu resultado pode não ser um pidgin ou crioulo, mas uma variedade da língua que prevalece na situação de contato, com alterações em sua estrutura que podem inclusive resultar da transferência de estruturas gramaticais de outras línguas envolvidas na situação de contato.

Historicamente, a maioria das línguas pidgins e crioulas atualmente conhecidas se formaram, entre os séculos XVI e XIX, com a expansão colonial europeia e com o sequestro de populações africanas para trabalharem como escravos no continente americano. Assim, o cenário prototípico da pidginização/criouliização implica uma situação de sujeição, em que um grupo minoritário monolíngue subjuga grupos que muitas vezes falam línguas diversas e ininteligíveis entre si. Nessa situação, a língua do grupo dominante é imposta aos grupos dominados, mas sua aquisição é defectiva, pois ocorre em condições adversas, por indivíduos em sua maioria já adultos. E, por ser imposta, deve-se considerar a potencial resistência cultural que faz os indivíduos do grupo dominado não almejem alcançar uma proficiência plena na língua de seus senhores. Dessa forma, o restrito código de comunicação que se estabelece entre dominantes e dominados é, no geral, formado por um reduzido elenco de palavras da língua do grupo dominante sem qualquer estrutura gramatical regular, o que se denomina *jargão* ou *pré-pidgin*.

Porém, a manutenção da situação de dominação por várias gerações leva à formação de uma nova comunidade de fala, cuja língua se desenvolve a partir do jargão. Portanto, a formação de uma variedade linguística numa situação de contato massivo e radical conjuga dois processos: por um lado, a erosão da estrutura gramatical da língua adquirida pelos grupos dominados (a *língua alvo*), e, por outro, a reestruturação gramatical dessa variedade linguística defectiva, na medida em que a situação de contato se sedimenta, ocorrendo a sua socialização e nativização entre os grupos dominados (o *substrato*). A socialização entre os falantes do substrato é crucial para aumentar o espectro funcional do jargão, desencadeando a sua reestruturação gramatical. Dessa forma, as línguas crioulas se caracterizam pela recomposição original da sua estrutura

gramatical conjugada à manutenção de grande parte do léxico da língua do grupo dominante, sofrendo essas palavras intensos processos de mudanças fonéticas.

Nesse sentido, o processo de transmissão lingüística irregular pode ser esquematizado, em sua essência, através de um processo de perda de elementos gramaticais que ocorre na aquisição defectiva da língua alvo pelos falantes adultos das outras línguas, de que resulta o *jargão* que se forma na situação inicial de contato, seguida de um processo, mais ou menos longo, de recomposição dessa estrutura gramatical, cujo resultado, nas situações de contato mais radical e abrupto, é a formação da gramática original da língua crioula, ou da língua pidgin plenamente expandida.

Os elementos que são reconstituídos no processo reestruturação gramatical acabam por constituir aquelas características mais gerais entre as línguas pidgins e crioulas. Destacam-se aí:

(i) o sistema de tempo, modo e aspecto (TMA)

Diferentemente do caráter flexional das línguas européias, as línguas crioulas delas derivadas indicam as categorias gramaticais de tempo, modo e aspecto do verbo por meio de partículas pré-verbais que resultam da gramaticalização de verbos auxiliares ou advérbios da língua lexificadora. O quadro abaixo oferece alguns exemplos do sistema de TMA do crioulo cabo-verdiano:

Sistema de TMA no crioulo português de Cabo Verde		
<i>n' fla</i>	Forma básica	'eu falei'
<i>n'stá duenti</i>	Forma básica	'eu estou doente'
<i>n'tá fla</i>	Presente	'eu costumo falar'
<i>n'já stá duenti</i>	Passado	'eu estive doente'
<i>n'já ta duenti</i>	Passado Habitual	'eu estava doente'

(ii) os verbos seriais

As preposições da língua alvo costumam desaparecer no processo de erosão gramatical. Para suprir essa lacuna, ocorre a gramaticalização de verbos, no processo de reestruturação gramatical, que passam a funcionar como preposições. Tal é o caso do verbo *dar*, que pode ser empregado como preposição de dativo, como se vê nos exemplos abaixo:

Crioulo português de São Tomé (forro)

a. *complá sapé da mu* ('comprar chapéu para mim'; lit. 'comprar chapéu dá eu')

Crioulo francês do Haiti

b. *pot veso bā-m* ('trazer o vaso para mim'; lit. 'trazer o vaso dá eu')

(iii) os complementizadores

O mesmo acontece com os complementizadores. Nesse caso, são os verbos *discendi* que são gramaticalizados para desempenhar tal função, no processo de reestruturação gramatical. Vejam-se os seguintes exemplos:

Crioulo inglês do Suriname (sranan)

a. *M sab tak a true.* *tak* (do inglês *talk* 'falar')
'Eu sei que é verdade.'

Crioulo inglês de Serra Leoa (krio)

b. *A no se yu bízi.* *se* (do inglês *say* 'dizer')
'Eu sei que você é ocupado.'

Entretanto, nem todos os elementos da gramática da língua alvo são reconstituídos no processo de pidginização/crioulização. Alguns elementos são normalmente eliminados. Os mecanismos gramaticais que mais rápida e freqüentemente se perdem na situação inicial de contato massivo e radical entre línguas são os mesmos que não são reconstituídos no processo de crioulização. Esses mecanismos apresentariam as seguintes características:

- (i) não têm valor referencial (ou seja, a sua presença ou ausência não altera o conteúdo informacional da frase);
- (ii) expressam conceitos mais abstratos e formais no repertório dos conceitos gramaticais;
- (iii) a relação entre a sua forma e o conteúdo que expressam (i. é., a relação entre o seu *significante* e o seu *significado*) é menos imediata e transparente.

Entre os mecanismos gramaticais que mais freqüentemente se perdem na formação das línguas pidgins e crioulas, destacam-se:

(iv) os morfemas de pessoa e número do verbo

No geral, as línguas crioulas empregam uma única forma verbal inflexionável para todas as pessoas do discurso. Tal forma deriva, ou da forma verbal do infinitivo da língua lexificadora, ou da forma da 3ª pessoa do singular, no caso dos crioulos portugueses. O quadro abaixo exhibe um exemplo do forro, crioulo português falado na Ilha de São Tomé, na África:

Ausência de morfologia de pessoa e número No crioulo português de São Tomé	
<i>n'sebê</i>	eu sei
<i>bo sebê</i>	você sabe
<i>e sebê</i>	ele/ela sabe
<i>nõ sebê</i>	nós sabemos
<i>nãsse sebê</i>	vocês sabem
<i>inem sebê</i>	eles sabem

(v) a concordância nominal de gênero e número

As línguas crioulas normalmente não exibem os mecanismos morfossintáticos da concordância de gênero e de número no Sintagma Nominal, mesmo quando esses mecanismos estão presentes na língua alvo europeia, como se pode ver nos exemplos abaixo, retirados de dois crioulos de base lexical portuguesa.

Crioulo português de Cabo Verde

kes *mininu* tá fla ttheo.

'Aqueles meninos falam demais.'

(lit. *Aqueles menino fala muito.*)

Crioulo português da Guiné Bissau

I tene **un** *fiju fêmya bonitu*.

'Tem uma filha bonita.'

(lit. *Tem um filho fêmea bonito.*)

Portanto, as línguas pidgins e crioulas caracterizam-se, tanto pela originalidade de seus elementos gramaticais em face das línguas que concorreram para sua formação, quanto pela

ausência de certos elementos da morfologia aparente que eventualmente possam figurar na língua alvo.

6. A TRANSMISSÃO LINGÜÍSTICA IRREGULAR DE TIPO LEVE NO CONTEXTO DA SÓCIO-HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Diversos fatores sociolingüísticos determinam as características da variedade lingüística que se forma na situação de contato. Para que ocorra a crioulização ou a pidginização típicas, certas condições históricas e demográficas são requeridas, como aquelas encontradas nas situações de *plantation* e nas comunidades quilombolas:

- (i) a retirada de populações de seu contexto cultural e lingüístico de origem, como ocorreu com o tráfico negreiro;
- (ii) a concentração de um grande contingente lingüisticamente heterogêneo sob o domínio de um grupo dominante numericamente muito inferior (a referência nas situações típicas de crioulização seria a proporção de dez indivíduos dos grupos dominados para cada indivíduo do grupo dominante);
- (iii) a segregação da comunidade que se forma na situação de contato.

A superioridade numérica do substrato e a segregação da comunidade dificultam o acesso dos falantes das outras línguas e de seus descendentes aos modelos gramaticais da língua alvo, determinando o alto grau de erosão gramatical desta na formação do jargão e criando as condições para a reestruturação gramatical original que dá origem à língua pidgin ou crioula. Portanto, o grau de reestruturação gramatical ocorrido nos processos de transmissão lingüística irregular é proporcional aos valores de certas variáveis sócio-demográficas que determinam, em cada caso histórico específico, o grau de acesso dos falantes do grupo dominado e seus descendentes aos modelos gramaticais da língua do grupo dominante.

Assim sendo, o aumento do acesso aos modelos gramaticais da língua alvo inibe os potenciais processos de pidginização e crioulização. Por gozar de maior prestígio, as variantes gramaticais da língua do grupo dominante acabam por prevalecer sobre as estruturas das línguas do substrato que eventualmente poderiam estar sendo transferidas para a variedade lingüística em formação na situação de contato, inibindo a pidginização. Por outro lado, com a maior assimilação dos mecanismos gramaticais da língua alvo entre os indivíduos dos grupos dominados, os seus descendentes passam a ter menos lacunas nos dados lingüísticos primários para a aquisição da língua materna, sustando um potencial processo de crioulização.

Uma análise mais apurada dos cenários do Brasil durante os séculos da colonização e do Império (ou seja, entre os séculos XVI e XIX) pode responder a questão formulada pelo linguista norte-americano Gregory Guy, na década de 1980: por que o português não se criouliizou no Brasil?

O tráfico negreiro trouxe para o continente americano, entre os séculos XVI e XIX, cerca de dez milhões de africanos, que falavam mais de uma centena de línguas nativas. Porém, nenhuma dessas línguas se conservou no Novo Mundo em função da violência do processo de escravidão. Entretanto, em muitas ilhas do Caribe, onde foram implantados grandes empreendimentos agro-exportadores de açúcar e algodão, denominados *plantations*, que empregavam largamente a mão de obra escrava, vicejaram muitas das línguas crioulas hoje conhecidas no mundo.

O Brasil Colonial, particularmente o nordeste açucareiro dos séculos XVII e XVIII, exibia condições sociolingüísticas bastante similares às do Caribe. Entretanto, no Brasil, não ocorreu um

processo amplo e perene de crioulização do português que tenha alcançado os dias de hoje. A isso têm-se apegado os linguistas formalistas para refutar maiores influências do contato entre línguas na formação do português brasileiro. Mas é preciso superar tal dicotomia estéril, segundo a qual, se não houve crioulização, o português seguiu livremente a sua deriva no Brasil.

Considerando o cenário social do Brasil, por volta de 1900, fica difícil negar que o contato entre línguas tenha desempenhado um importante papel na formação da realidade linguística brasileira:

1. quase 2/3 de população brasileira era constituída por afro e índio-descendentes;
2. mais de 80% da população vivia no campo;
3. aproximadamente 90% da população não tinha qualquer instrução escolar.

Porém, tais condições não foram suficientes para dar ensejo a uma ampla crioulização do português. Isso se deve, sobretudo, às dimensões e à complexidade da sociedade brasileira, muito superiores às sociedades de *plantation* do Caribe. Deve-se destacar os seguintes fatores que inibiram a pidginização/crioulização do português no Brasil:

1. A proporção média de falantes do grupo dominante de 30% da população do Brasil entre os séculos XVI e XIX, bem superior à das situações típicas de crioulização com no máximo 10% de falantes do grupo dominante;
2. A utilização de línguas francas africanas, em alguns ambientes, como as senzalas e nas sociedades de mineração;
3. O elevado grau de mestiçagem.

Muitos historiadores, como Kátia Matoso (2003), têm destacado o fato de que, no Brasil, os escravos nascidos no Brasil, os chamados *crioulos*, integravam-se muito mais, no plano cultural e linguístico, do que os seus antepassados africanos; com destaque, nesse caso, para os mestiços, que eram muito numerosos, pois o intercuro sexual com as escravas era uma prática corrente dos senhores e capatazes. O arquétipo do mulato apresenta um ser contraditório, a cavaleiro entre dois mundos, que concentra todos os seus esforços para se integrar e ascender na sociedade branca.⁶ Portanto, esse caráter ambíguo e contraditório da sociedade brasileira, já destacado por grandes estudiosos, como Gilberto Freire, acabaram por mitigar o processo de segregação no Brasil, impedindo a ocorrência de um processo amplo de pidginização/crioulização do português.

Entretanto, esse contexto revelou-se altamente favorecedor à difusão de mudanças induzidas pelo contato entre línguas que se espalharam por todas as variedades do português brasileiro, inclusive para segmentos ditos cultos, estando na base das características linguísticas apresentadas no início deste artigo e que distinguem hoje, tão nitidamente, o português brasileiro do português europeu. Contudo, encontram-se na fala dos segmentos da base da pirâmide social brasileira, constituída majoritariamente por afro e índio-descendentes, os efeitos mais notáveis do contato entre línguas. Nesse sentido, o conceito de transmissão linguística irregular de tipo leve é o que melhor dá conta do tipo de mudança que caracteriza essa variedade linguística.

⁶ Cf. Risério (2004: 356): "É mais do que célebre, entre nós, a figura do preto ou do mulato pernóstico. Freyre cita anúncios de escravos fugidos, publicados em nossos jornais oitocentistas, que se referem a casos de escravos mulatos 'muito poetas no falar'. Antes que mero estereótipo racista, o 'mulato pernóstico' é uma entidade que, sobrevivendo ainda hoje, deve ser examinada em pauta sociológica. A empáfia lingüística nasce no terreno movediço da busca mulata de símbolos-de-status. 'Se falasse com demasiada simplicidade, talvez as más línguas denunciassem traços da herança materna [negra] em seus versos', disse Roger Bastide, a propósito de Silva Alvarenga. O mulato sempre quis 'falar difícil', porque via a classificação social de quem sabia 'falar difícil'."

No plano linguístico, a maior diferença entre os processos típicos de pidginização e criouliização, que representam os casos mais radicais de transmissão linguística irregular, e os processos de transmissão linguística irregular mais leve, como no caso da formação das variedades populares da língua portuguesa no Brasil, é que, no primeiro caso, a gramática da variedade linguística que se forma na situação de contato é constituída basicamente por elementos exógenos, enquanto, no segundo caso, os elementos gramaticais da língua do grupo dominante suplantam eventuais processos embrionários de gramaticalização e de transferência do substrato.

Porém, não se deve deixar de ter em conta que, em ambos os casos, ocorre a erosão da gramática aparente da língua alvo, nas variedades de segunda língua que logo se formam entre os falantes adultos dos grupos dominados. Mesmo que essa erosão também tenha sido mais leve em muitas das situações em que o português foi adquirido pelos escravos africanos no Brasil e pelos índios aculturados, ela não deixou de alcançar, sobretudo, aqueles elementos que são mais comumente afetados nas situações de contato massivo entre línguas: a morfologia verbal de pessoa e número e a concordância nominal de gênero e número. Nesse aspecto, também cabe uma distinção entre os casos de criouliização e os casos mais leves de transmissão linguística irregular, pois, enquanto nos crioulos de base lexical portuguesa da África, esses elementos foram virtualmente eliminados, não ocorreu, no português popular do Brasil, a sua eliminação, embora essa aquisição defectiva tenha dado início a um amplo processo de variação no uso de tais elementos gramaticais que se estende até os dias atuais.

O quadro abaixo apresenta uma comparação entre o forro e o português popular do Brasil, no que concerne à flexão de número e pessoa do verbo. No caso do forro, os morfemas verbais de pessoa e número do português foram totalmente eliminados, enquanto, no português popular do Brasil, o que se observa é um amplo processo de variação que atinge quase todas as pessoas do discurso (com exceção da 1ª pessoa do singular), de modo que a flexão verbal se reduz praticamente a duas formas: a da primeira pessoa do singular (*sei*) e uma forma não marcada para as demais pessoas do discurso (*sabe*).⁷

Crioulo de São Tomé (forro)	Português Popular do Brasil
<i>n'sebê</i>	eu sei
<i>bo sebê</i>	Tu/você sabe
<i>e sebê</i>	ele/ela sabe
<i>nô sebê</i>	nós sabe/ sabemos(s)
<i>nâsse sebê</i>	vocês sabe(m)
<i>inem sebê</i>	Eles/elas sabe(m)

Portanto, o amplo e profundo quadro de variação no uso das regras de concordância nominal e verbal que se observa hoje nas variedades rurais e populares do português brasileiro constitui o reflexo mais notável do processo de transmissão linguística irregular de tipo leve que afetou o português no Brasil em função de sua aquisição imperfeita por milhões de escravos africanos e índios aculturados e da socialização e nativização desse modelo defectivo de segunda língua nesses segmentos. E o grau de variação no emprego de tais mecanismos gramaticais pode ser tomado como um dos parâmetros para analisar a norma popular brasileira, distinguindo cada uma de suas variedades, em termos sócio-históricos. As variedades que hoje exibem um grau maior de variação são aquelas que historicamente foram afetadas mais diretamente pelo contato entre línguas.

⁷ Como se verá a seguir, em algumas comunidades rurais afro-brasileiras isoladas mais diretamente afetadas pelo contato, a variação pode alcançar também a 1ª pessoa do singular.

7. REANALISANDO A POLARIZAÇÃO SOCIOLINGÜÍSTICA DO BRASIL À LUZ DOS PARÂMETROS SÓCIO-HISTÓRICOS

As diferenças observadas na frequência de emprego de certos mecanismos gramaticais como as regras de concordância verbal são um importante parâmetro para equacionar o cenário da polarização sociolingüística do Brasil. Considerando a variação na concordância verbal junto à 3ª pessoa do plural, exemplificada em (1), obtemos os seguintes resultados de análises variacionistas de diferentes segmentos sociais brasileiros:

(13) Eles trabalha(m) muito.

VARIEDADE DO PORTUGUÊS DO BRASIL	Frequência
Norma Urbana Culta – NURC-RJ (Graciosa, 1991)	94%
Norma Urbana Semi-Culta – PEUL (Scherre e Naro 1997: 107)	74%
Português Popular Rural (Nina 1980: 138)	39%
Comunidades Rurais Afro-Brasileiras (Silva 2003)	16%

Tabela 1. Frequência da aplicação da regra de concordância verbal junto à 3ª pessoa do plural em diferentes variedades do português brasileiro

A Tabela 1 demonstra que a aplicação da regra de concordância verbal entre os falantes com nível superior completo da cidade do Rio de Janeiro é quase categórica⁸. Essa frequência cai para cerca de 75% entre falantes da mesma cidade com nível de escolaridade fundamental e médio,⁹ no que foi denominado aqui norma urbana semi-culta. Já entre falantes de pouca ou nenhuma escolaridade do interior do Brasil,¹⁰ essa frequência se reduz a quase a metade, 39%. E, nas comunidades rurais afro-brasileiras isoladas,¹¹ cai para menos de 20% do total de ocorrências.

Além das diferenças nas frequências de uso das variantes linguísticas, a polarização sociolingüística do Brasil caracteriza-se também pelas diferenças na avaliação social da variação linguística e nas tendências de mudança em curso (Lucchesi 2001a, 2002 e 2006). No Brasil, os falantes da norma culta e os falantes da norma popular exibem diferentes sistemas de avaliação subjetiva das formas variantes em uso na língua. Na norma culta, a não aplicação da regra de concordância verbal constitui um verdadeiro *estereótipo*, pois recebe uma avaliação explicitamente negativa. O mesmo não acontece na norma popular rural, onde a falta de concordância é muito freqüente. Entre os falantes de pouca ou nenhuma escolaridade, a aplicação da regra de concordância seria apenas um *indicador*, com os falantes mais novos e com alguma escolarização exibindo uma frequência de uso da regra maior que os demais, mas sem que se observe uma variação estilística consistente em seu emprego. Já na fala popular das grandes cidades, a aplicação da regra de concordância pode assumir o estatuto de um *marcador*, ocorrendo a variação estilística estruturada, na medida em que os falantes vão tomando consciência do prestígio social da regra.¹²

⁸ Os informantes do Projeto NURC são moradores naturais de cinco capitais brasileiras (Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife) e têm curso superior completo.

⁹ Os informantes do PEUL são moradores naturais do Rio de Janeiro e têm de um a doze anos de escolaridade.

¹⁰ Os informantes da pesquisa de Terezinha Nina (1980) são moradores analfabetos de comunidades rurais do interior do Estado do Pará.

¹¹ A análise de Jorge Augusto Alves da Silva (2003) teve como universo de observação a fala de três comunidades rurais afro-brasileiras isoladas do interior do Estado da Bahia.

¹² Para os conceitos de *estereótipo*, *marcador* e *indicador*, no quadro da Teoria da Variação, veja-se Labov (1972) e Lucchesi (2002).

Outro fator importante que distingue as diferentes normas na polarizada realidade sociolinguística brasileira são as diferentes tendências de mudança como se pode ver na tabela 2 e na sua representação no gráfico 1:

VARIEDADE DO PORTUGUÊS DO BRASIL	FAIXA ETÁRIA		
	IDOSOS	ADULTOS	JOVENS
Norma Culta Urbana (NURC-RJ/ Graciosa, 1991)	98%	93%	93%
Norma Semi-Culta Urbana (PEUL/Naro; Scherre 1997: 107)	70%	80%	71%
Português Popular Rural (Nina 1980: 138)	34%	42%	61%
Comunidades Rurais Afro-Brasileiras (Silva 2003)	10%	14%	22%

Tabela 2. Identificação de tendências divergentes de mudança em relação à concordância verbal, em análises de tempo aparente

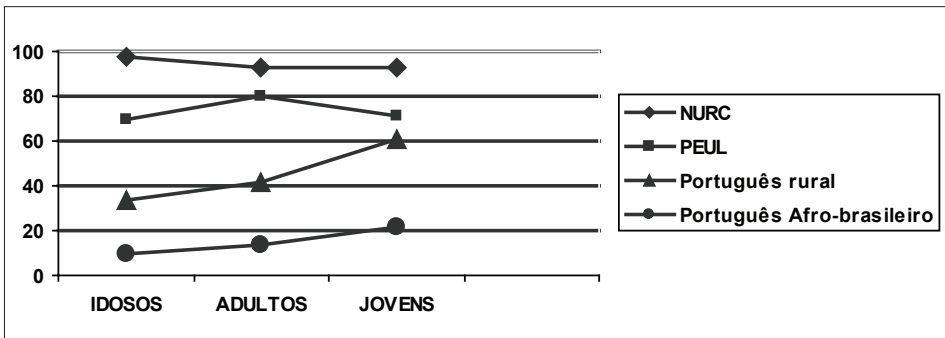


Gráfico 1. Diferentes tendências de mudança em relação ao emprego das regras de concordância verbal em diferentes variedades do português brasileiro

Como se pode ver nos dados acima, enquanto nas normas urbanas culta e semi-culta, as diferenças geracionais obtidas na análise em tempo aparente apontam para um cenário de *variação estável*, os resultados referentes às variedades populares do português brasileiro apontam para um cenário de *mudança em progresso*, com a implementação da regra de concordância verbal.¹³ Essas diferentes tendências de mudança, bem como os distintos sistemas de avaliação social da variação linguística, são suficientes para fundamentar, no quadro teórico da Sociolinguística Variacionista, a sua visão da polarização sociolinguística do Brasil, entre uma norma culta e uma norma popular.

As tendências de mudança em curso que se observam hoje nas variedades populares do português brasileiro refletem um processo de nivelamento linguístico que se dá a partir da influência das grandes cidades sobre todas as regiões do país. A difusão dos modelos linguísticos urbanos cultos ou semi-cultos decorre, sobretudo, da influência vertiginosa dos meios de comunicação de massa, secundados pelo maior deslocamento populacional entre o campo e a cidade, bem como pela ampliação do sistema de ensino público. Esse processo de nivelamento linguístico tende a atenuar o

¹³ Para uma exposição sobre as análises das mudanças em progresso em tempo aparente, veja-se: Labov (1981) e Lucchesi (2001b).

quadro de polarização sociolinguística do Brasil que resulta de um processo secular de diferenciação social determinada pela violenta exploração do trabalho. Contudo, há que se ter em conta que a implementação do processo de nivelamento linguístico tem como base social a inclusão de setores historicamente marginalizados. Ou seja, a assimilação dos modelos da norma culta por parte da grande maioria da população brasileira passa necessariamente por um processo amplo de distribuição de renda e de ampliação do acesso dos segmentos populares aos direitos básicos da cidadania, em especial do acesso ao sistema educacional de qualidade. Portanto, a democratização linguística do Brasil está intimamente associada a uma verdadeira democratização da sociedade brasileira. Só isso poderá apagar as marcas linguísticas de séculos de exploração econômica e exclusão social que geraram variedades da língua portuguesa muito divergentes do padrão urbano culto. E tais variedades linguísticas altamente desviantes que ainda são encontradas em comunidades de fala isoladas no interior do Brasil são muito reveladoras dos processos que marcam a história do português brasileiro.

8. SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DA HISTÓRIA SOCIOLINGÜÍSTICA DO BRASIL: AS COMUNIDADES RURAIS AFRO-BRASILEIRAS ISOLADAS

Ainda existem no Brasil comunidades rurais que se originaram de agrupamentos de escravos foragidos, os antigos quilombos. Mantidas em relativo isolamento até bem pouco tempo, essas comunidades rurais afro-brasileiras isoladas constituem verdadeiros sítios arqueológicos da história sociolinguística do Brasil. A fala dessas comunidades é particularmente importante para uma perspectiva que busca integrar o contato entre línguas na formação histórica das variedades populares do português brasileiro, pois a fala dessas comunidades seria exatamente aquela que teria sido mais afetada pelo processo de transmissão linguística irregular. Nesse sentido, é possível encontrar no vernáculo dessas comunidades certas características típicas de situações de contato massivo que não se encontram em outras variedades populares do Brasil. Tal é o caso da variação na concordância verbal com a 1ª pessoa do singular e da variação na concordância de gênero no interior do SN, exemplificadas respectivamente em (14) e (15):

(14) *Eu trabalha* na roça.

(15) Às vez, 'duece **um** pessoa, num tem **um** ambulança.

Além dessa erosão gramatical mais intensa, que ultrapassa os limites da variação observada nas demais variedades populares do português brasileiro, certos processos de variação observado na fala das comunidades rurais afro-brasileiras podem ser vistos como o resultado de um processo de mudança mais profundo, um processo original de reestruturação da gramática desencadeado pelo contato entre línguas. Estamos pensando aqui no processo denominado *alternância dativa*. Na gramática das comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, bem como em algumas outras variedades populares do português do Brasil, é possível encontrar ao lado da estrutura canônica de dativo em português – a construção de dativo preposicionado (CDP), exemplificada em (16) –, a construção de objeto duplo (COD), exemplificada em (17):

(16) Eu dei o remédio **aos meninos**.

(17) Eu dei **os menino** o remédio.

A COD, que está presente nas línguas germânicas, como o inglês e o holandês, não faz parte do repertório gramatical das línguas românicas, tanto que, para uma falante brasileiro urbano escolarizado, a construção em (17) se apresenta como agramatical. Dessa forma, a presença da

COD em variedades populares do português brasileiro pode ser vista como um caso de reestruturação original da gramática desencadeado pelo contato linguístico. Essa hipótese é reforçada pelo fato de que a COD é geral entre as línguas crioulas, mesmo aquelas derivadas de línguas românicas, como pode ser visto no exemplo (7), retirado do fa d'ambu, um crioulo de base lexical portuguesa falado na Ilha de Ano Bon, no Golfo da Guiné, na África:

- (18) Malia da pe-d'eli tabaku.
 (lit.: Maria deu pai-dela tabaco)
 'Maria deu tabaco ao pai dela.'

As análises sociolinguísticas da fala das comunidades rurais afro-brasileiras isoladas têm revelado que o processo de nivelamento linguístico em curso atualmente na sociedade brasileira tende a eliminar os traços mais notáveis provenientes do contato linguístico que marca a origem dessas comunidades. Tal é o caso do cenário observado na gradação geracional relativa à variação na concordância gênero no Sintagma Nominal, exemplificada em (15) acima, na comunidade afro-brasileira de Helvécia, situada no extremo sul do Estado da Bahia¹⁴. Como se pode ver no gráfico 2, o nível de aplicação da regra de concordância sobe à medida em que se passa da geração de falantes mais idosos para as gerações de falantes mais jovens (Lucchesi, 2009).

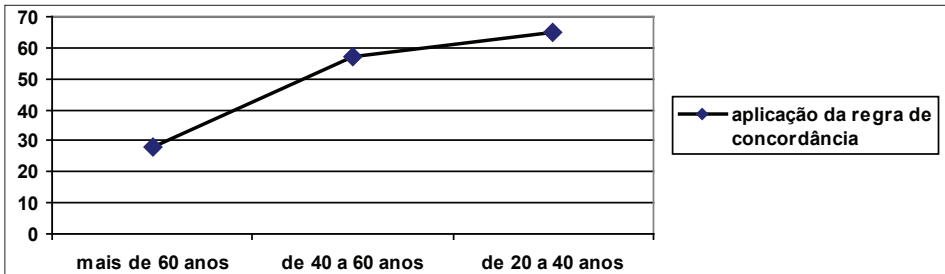


Gráfico 2. Aplicação da regra de concordância de gênero no Sintagma Nominal, em Helvécia-BA, segundo a variável faixa etária (pesos relativos)

Um cenário semelhante é encontrado na variação na concordância verbal junto à 1ª pessoa do singular, exemplificada em (14) acima, na mesma comunidade de Helvécia. O gráfico 3 revela uma reta ascendente no que concerne à aplicação da regra, quando se passa dos falantes mais velhos para os mais novos (Lucchesi, Baxter e Silva, 2009).

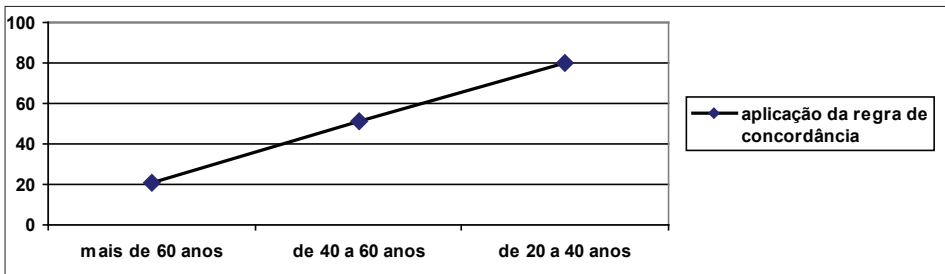


Gráfico 3. Aplicação da regra de concordância verbal com a 1ª pessoa do singular em Helvécia-BA segundo a variável faixa etária (pesos relativos)

¹⁴ A comunidade afro-brasileira de Helvécia, por conta de suas particularidades históricas, é uma das poucas comunidades afro-brasileiras que pode ter passado por um processo mais profundo de transmissão linguística irregular, em níveis próximos ao da crioulação típica (cf. FERREIRA, 1984).

Em relação à alternância dativa, exemplificada em (16) e (17) acima, o cenário é análogo. Tendo um universo de observação mais amplo, que abarca quatro comunidades rurais afro-brasileiras isoladas de diferentes regiões do interior do Estado da Bahia, a análise revela que a construção de duplo objeto (e.g., *eu dei os meninos o remédio*), decorrente de uma mudança induzida pelo contato entre línguas, é mais frequente na fala da faixa dos falantes mais velhos, decaindo à medida que se passa para as faixas dos falantes mais jovens, como se pode ver no gráfico 4 abaixo (Lucchesi e Mello, 2009).

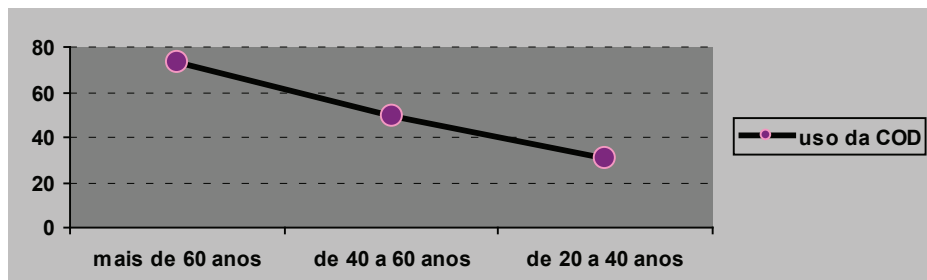


Gráfico 4. Uso das construções de duplo objeto em quatro comunidades rurais afro-brasileiras isoladas segundo a variável faixa etária (pesos relativos)

Essa tendência atual de mudança que se observa em vários aspectos da gramática das comunidades rurais afro-brasileiras isoladas pode dar fundamento a seguinte interpretação histórica. No passado, na formação dessas comunidades, com africanos que falavam precariamente o português como segunda língua e seus descendentes já nascidos no Brasil, a fala dessas comunidades deve ter-se caracterizado por um profundo grau de variação no qual o emprego de mecanismos morfosintáticos sem valor informacional, como as regras de concordância, estariam praticamente ausentes. Desde então, com a progressiva inserção dessas comunidades no sistema econômico da sociedade brasileira, o uso de tais mecanismos gramaticais foi sendo estimulado pelo contato dialetal e a influência externa. Essa tendência de mudança teria se intensificado a partir da segunda metade do século XX, em função das profundas mudanças econômicas por que o país passou desde então.

Essa interpretação histórica dos processos linguísticos atualmente observáveis nas diversas variedades do português brasileiro, fundamentada na teoria acerca das mudanças linguísticas ocorridas em situações de contato entre línguas, estão no cerne de um modelo de explicação sócio-histórica do português do Brasil que integra plenamente a diversidade étnica e cultural da sociedade brasileira. Por outro lado, tais evidências refutam cabalmente hipóteses imanentistas, como as de Naro e Scherre (2007), que se fundamentam na ideia de uma *deriva secular*, pois tal hipótese prevê um processo contínuo e gradual de perda de marcas morfológicas que atravessaria os séculos desde, pelo menos, a formação da língua portuguesa na Europa. Mas não se vê atualmente em qualquer variedade do português brasileiro uma tendência de mudança gradual de perda de marcas de concordância. Portanto, para além de suas fragilidades teóricas, a hipótese da deriva está desprovida também de qualquer fundamentação empírica.

9. PALAVRAS FINAIS

Neste artigo buscamos uma explicação histórica para a notável diferenciação sofrida pela língua portuguesa, em função de sua transplantação massiva para o Brasil entre os séculos XVI e XIX. A diferenciação das variedades das línguas europeias transplantadas durante a colonização do

continente americano tem desafiado a Linguística há décadas. Entretanto, a forte orientação imanentista dessa ciência tem obstruído a formulação de explicações adequadas. A análise aqui desenvolvida rompe com essa tradição, colocando no cerne do modelo explicativo a interação entre o processo de estruturação da língua e os processos sócio-históricos em que essa língua é usada e transmitida. Focalizando o caso brasileiro, a análise parte de uma caracterização da realidade sociolinguística do Brasil que reflete a sua concentração de renda e exclusão social. O conceito de *polarização sociolinguística* assenta na divisão da língua no país entre os padrões de comportamento linguístico de uma minoria que tem acesso à escolarização plena e aos demais direitos sociais, a *norma culta brasileira*, e os padrões linguísticos da grande maioria da população, com pouca ou nenhuma escolaridade, porque é privada do acesso aos direitos sociais básicos, a *norma popular brasileira*. Historicamente essa polarização decorre da forma como o projeto colonial português integrou a população autóctone do Brasil e milhões de africanos escravizados. O *apartheid* social decorrente da violenta exploração e marginalização desses segmentos está na base do *apartheid* linguístico. Se os falantes da norma culta brasileira tradicionalmente buscaram se manter fiéis aos modelos da ex-metrópole portuguesa, a fala da maioria da população do Brasil foi afetada, em sua formação, por processos de mudança induzidos pelo contato entre línguas que podem ser capturados pelo conceito de *transmissão linguística irregular de tipo leve*.

Esse modelo teórico oferece, até este momento, a explicação mais satisfatória para o amplo processo de variação no uso das regras de concordância nominal e verbal que se observa na norma popular brasileira em oposição à norma culta. Esse seria o resultado mais notável de um processo de transmissão linguística irregular desencadeado pela aquisição precária do português como segunda língua por milhões de índios aculturados e africanos escravizados, ao longo dos séculos XVI a XIX, e a nativização desse modelo de segunda língua entre os seus descendentes. A complexidade da sociedade brasileira não permitiu que tal processo atingisse a radicalidade que caracteriza os processos de pidginização/crioulização típicos, como os que aconteceram na região do Caribe. Entretanto, propiciou as condições para uma forte erosão da morfologia na variedade da língua portuguesa que se firmou entre esses segmentos. Por outro lado, permitiu também que certas mudanças induzidas pelo contato, em certas estruturas da gramática (como as que têm afetado as orações relativas e o parâmetro do sujeito nulo), chegassem também à norma culta, determinando características linguísticas que opõem o português brasileiro como um todo ao português de Portugal.

Pesquisas de campo junto a comunidades rurais afro-brasileiras isoladas (algumas delas oriundas de antigos quilombos) realizadas pelo Projeto *Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia* (<http://www.vertentes.ufba.br/>), que coordenamos na Universidade Federal da Bahia, têm produzido fortes evidências empíricas comprobatórias, tanto dos processos pretéritos de mudanças induzidas pelo contato entre línguas, quanto do atual processo de nivelamento linguístico a partir da difusão dos modelos das grandes cidades brasileiras sobre todas as regiões do Brasil; processo esse que tende a levar ao desaparecimento das marcas mais notáveis que o contato entre línguas produziu na fala popular brasileira. Tais evidências também refutam de forma incisiva a hipótese imanentista de uma *deriva secular*, que prediz um processo lento e gradual de perda de morfologia flexional que se estenderia através dos séculos.

O modelo aqui apresentado não constitui apenas a explicação mais adequada para a formação histórica do português brasileiro, como também pode ser visto como uma contribuição para uma teoria geral da mudança linguística, ao estabelecer as bases de uma relação empiricamente motivada entre o contato linguístico massivo e a simplificação morfológica que extrapola os limites das situações típicas de pidginização/crioulização. Assim, os instrumentos teóricos aqui sistematizados podem dar azo a releituras de processos históricos, como o da formação das

línguas românicas, que tradicionalmente são vistos como o resultado da evolução interna do sistema linguístico, mas que podem ser mais adequadamente analisados à luz dos processos de contato entre línguas desencadeados pela expansão do Império Romano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Elia, Sívio (1979): *A unidade lingüística do Brasil*. Rio de Janeiro: Padrão.
- Graciosa, Diva (1991): *Concordância verbal na fala culta carioca*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Guy, Gregory (1981): *Linguistic variation in Brazilian Portuguese: aspects of phonology, syntax and language history*. Tese de Doutorado. Pennsylvania: University of Pennsylvania.
- Guy, Gregory (1989): "On the nature and origins of vernacula Brazilian Portuguese". *Estudios sobre Español de América y Lingüística Afroamericana*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 226-244.
- Kato, Mary (1993): "Apresentação: "como, o que e por que escavar?"" em Mary / Ian Roberts (orgs.), *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 13-30.
- Labov, William (1972): *Sociolinguistics patterns*. Oxford: Basil Blackwell.
- Labov, William (1981): "What can be learned about change in progress from synchrony descriptions", em David Sankoff / Henrietta Cedergren (eds.), *Variation Omnibus*. Carbondale: Linguistic Research, 177-199.
- Lucchesi, Dante (2001a): "As duas grandes vertentes da história sociolingüística do Brasil", *DELTA* 17(1), 97-130.
- Lucchesi, Dante (2001b): "O tempo aparente e as variáveis sociais", *Boletim da ABRALIN* 26, 135-137.
- Lucchesi, Dante (2002): "Norma lingüística e realidade social", em Marcos Bagno (org.), *Lingüística da norma*. São Paulo: Loyola, 63-92.
- Lucchesi, Dante (2006): "Parâmetros sociolingüísticos do português brasileiro", *Revista da ABRALIN* 5(1), 83-112.
- Lucchesi, Dante (2009): "A concordância de gênero", em Dante Lucchesi / Alan Baxter / Ilza Ribeiro (orgs.), *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: Edufba, 295-318.
- Lucchesi, Dante / Baxter, Alan / Silva, Jorge (2009): "A concordância verbal", em Dante Lucchesi / Alan Baxter / Ilza Ribeiro (orgs.), *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: Edufba, 331-372.
- Lucchesi, Dante; Mello, Camila (2009): "A alternância dativa", em Dante Lucchesi / Alan Baxter / Ilza Ribeiro (orgs.), *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: Edufba, 427-456.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia (2004): *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.
- Mattoso, Katia (2003): *Ser escravo no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense.
- Naro, Anthony / Scherre, Marta (1993): "Sobre as origens do português popular do Brasil", *DELTA* 9, 437-454.
- Naro, Anthony / Scherre, Marta (2007): *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.
- Nina, Terezinha (1980): *Concordância nominal/verbal do analfabeto na Micro-Região Bragantina*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- Pinto, Edite P. (1978): *O português do Brasil: textos críticos e teóricos, 1 – 1820-1920, fontes para a teoria e a história*. Rio de Janeiro / São Paulo: Livros Técnicos e Científicos / Editora da Universidade de São Paulo.
- Ribeiro, Darcy (1997): *O povo brasileiro: evolução e sentido do Brasil*. 2 ed. 10 reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- Risério, Antonio (2004): *Uma história da Cidade da Bahia*. Rio de Janeiro: Versal.
- Scherre, Marta / Naro, Anthony. A concordância de número no português do Brasil: um caso típico de variação inerente, em Dermeval da HORA (org.), *Diversidade lingüística no Brasil*. João Pessoa: Idéia, 93-114.
- Silva, Jorge Augusto Alves da (2003): *A concordância verbal no português afro-brasileiro: um estudo sociolingüístico de três comunidades rurais do Estado da Bahia*. Dissertação de Mestrado. Salvador: Universidade Federal da Bahia.
- Silva Neto, Serafim da (1963[1951]): *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: INL.